

Iadira Antonio Impanta¹

UDEMU E A EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES GUINEENSES²

Resumo: É objetivo deste trabalho compreender como a criação da União Democrática das Mulheres de Guiné e Cabo-Verde (UDEMU), primeira organização feminina dos dois países, contribuiu para emancipação das mulheres guineenses numa época em que a questão era ainda pouco discutida em muitos países africanos, em especial os que ainda se encontravam na Luta Armada da Libertação ou em situação colonial. Não pretendo falar em nome de todas as mulheres guineenses, mas trazer algumas experiências que poderão ajudar a entender como algumas mulheres desafiaram o sistema por meio da criação e participação em movimentos de mulheres como a UDEMU.

Palavras chaves: UDEMU, mulheres guineenses, emancipação.

INTRODUÇÃO

Este artigo é parte da pesquisa de campo realizada em Bissau, entre dezembro de 2018 a março de 2018, para a escrita da dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Portanto, deixo claro que a dissertação e o artigo em questão diferem em algumas partes, visto que o artigo sofreu algumas alterações e recortes. Como coloquei no outro artigo Impanta (2022), na dissertação foram abordados os formatos da participação política dessas mulheres na Guiné-Bissau, suas relações com a luta de libertação e a reverberação que essa presença feminina teve para as gerações contemporâneas de mulheres organizadas na UDEMU. Neste artigo, de modo especial discuto como a criação da UDEMU contribuiu para emancipação das mulheres guineenses. Em se tratando da UDEMU e das mulheres guineenses, não se pode ignorar alguns aspectos históricos do país, sendo assim, apresento em breve alguns dados historiográfico sobre a Guiné-Bissau.

Segundo a socióloga guineense Artemisa Monteiro (2013), o ano de 1963 marcou o início da ação armada com o ataque ao quartel de Tite, no centro sul do país, sinalizando o marco oficial da luta que se estendeu por várias regiões da Guiné-Bissau. Para a autora citada, o êxito da guerrilha não

¹ Doutoranda em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (PPGAS/UFSC), bolsista Capes-DS e-mail: yadiraimpanta@hotmail.com

² "Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024)"

tardou porque o sucesso da luta estava atrelado às vantagens do sul do país em relação a sua estrutura geográfica e condições naturais.

Segundo Impanta (2020), durante todo o processo da Luta Armada da Libertação, mulheres guineenses de diferentes etnias, classes sociais e níveis de formação desempenharam papéis fundamentais como guerrilheiras, enfermeiras, educadoras e líderes do Destacamento dos Pioneiros. Tais mulheres foram indispensáveis para a conquista da independência em 1973, assim como na organização do partido e o consequente desenvolvimento da luta, que durou 11 anos. Outro marco importante da luta armada foi o Congresso de Cassacá, realizado de 13 a 17 de fevereiro de 1964, considerado pelas interlocutoras como uma das grandes reuniões do partido, que permitiu alinhar as estratégias e também o fortalecimento da UDEMU enquanto organização das mulheres e parte fundamental do processo da luta.

Na minha dissertação (Impanta, 2020), ainda afirmo que a Luta Armada da Libertação Nacional representa um marco essencial na vida dos guineenses em geral e de forma específica na vida das mulheres interlocutoras dessa pesquisa. A libertação nacional e o processo que a liderou trouxeram transformações significativas para o país, mas principalmente para as relações entre homens e mulheres, mudando de alguma forma o papel tradicionalmente relegado a elas no âmbito doméstico, os papéis de cuidado e reprodução. Por outro lado, sinalizou também o início da emancipação feminina no país e uma grande revolução nacional no que concerne a novos caminhos, inclusive institucionais que possibilitaram a contribuição da mulher no desenvolvimento socioeconômico e político do país. Em termos metodológicos, a pesquisa contou com diversas técnicas, como a observação participante, entrevistas semi-estruturada, fora as buscas bibliográficas no Instituto Nacional de Pesquisa (INEP), e nas revistas impressa do país. O artigo possui cinco partes, que inclui a introdução, o desenvolvimento, considerações finais e referências bibliográficas.

A UDEMU E A EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES GUINEENSES

Segundo Casimiro (2014, p. 80), as investigações e estudos realizados na África e em Moçambique em especial, referem que as mulheres mantêm diversas formas organizativas tradicionais, em meio rural e urbano, que foram se transformando e se recriando, ao longo dos anos, e que continuam a constituir bases fundamentais de apoio para si e para as comunidades. É nesta perspectiva de surgimento dos movimentos organizativos de mulheres que analiso a primeira organização feminina guineense.

A necessidade da emancipação da mulher, o progresso realizado pela mulher guineense na luta foi fruto de um esforço próprio e de uma luta tenaz contra os

obstáculos que muitas vezes existiam no seio do próprio partido, isto é, nas concepções de sociedade dos seus próprios camaradas (CNMG, 1982, p. 12).

Esta visão oficial da UDEMU ajuda a compreender aquilo que será pautado como princípios gerais, mesmo que a prática concreta se afastasse deste propósito. Qual é a importância da categoria emancipação? Estamos perante um conceito complexo e em transformação, sobre o qual se tem produzido literatura relevante, principalmente nos contextos africanos pós a Luta Armada da Libertação Nacional, e do qual a Guiné-Bissau é parte, a exemplo do trabalho da estudiosa guineense Patrícia Godinho Gomes (2016).

É comum o uso da categoria emancipação por parte das estudiosas africanas que pesquisam as questões das mulheres no processo da luta, por exemplo, o trabalho de Isabel Casimiro (2014) sobre as mulheres moçambicanas. Considero que isto se deve a dois importantes fatores: primeiro porque os movimentos das mulheres dessa época estavam muito atrelados à questão partidária e da luta armada nos quais o termo aparecia com frequência para referir-se ao objetivo da contenda política em geral e não apenas o objetivo de libertação das mulheres das opressões que sofriam. Segundo, em estreita relação com o anterior, porque a categoria emancipação diz respeito a ação de ser ou de se tornar independente, livre; e os estatutos desses movimentos se referiam justamente a essa possibilidade de a mulher ser compreendida como um ser livre e independente dos colonizadores portugueses e dos homens guineenses.

A União Democrática das Mulheres da Guiné e Cabo-Verde, foi fundada em 18 de julho de 1961 em Conakry (República da Guiné), antes do início da luta armada, por mulheres como Francisca Pereira, Cati Turpin, Isabel Leal, Lilica Boal, e Jean Martin Cissé (Guiné-Conakry), e Amílcar Lopes Cabral, um dos fundadores do PAIGC, que redigiu manualmente o primeiro estatuto da organização, regida por princípio do centralismo democrático, ou seja, as líderes são responsáveis pelas decisões. Porém, todos os membros eleitos devem prestar as contas aos demais membros, segundo as informações obtidas em entrevista com Bilone Tamba Na Nhasse, secretária Geral da UDEMU (Bissau, janeiro de 2019).

Pelas informações obtidas no campo, a UDEMU por ser uma organização fundada antes do início da luta armada, tem uma característica política partidária e é composta majoritariamente por mulheres acima de 50 anos de idade, de diferentes grupos étnicos, religião, classe social, e nível de formação. Algumas tiveram participação ativa no processo da luta armada e no movimento partidário, como o PAIGC. A multiplicidade de histórias e pertencimentos sociais, étnicos e regionais, podem informar sobre outras formas de participação política e de organização que então eram colocadas ao serviço da luta e que não se limitavam aos moldes da organização na época atual.

Por outro lado, faço o uso da categoria emancipação feminina porque é o que as mulheres usaram durante as entrevistas para se referir ao fato de elas conseguirem ocupar espaços de representação e de representatividade e fazer atividades que por um tempo eram apenas dominadas por homens. Ao contrário do uso mais recente da categoria empoderamento, que é muito empregada nos movimentos feministas contemporâneos e euro-americanos, as mulheres interlocutoras faziam uso da categoria emancipação.

Assim, é interessante perceber que a referência a essa categoria está marcada pelo contexto em que essas mulheres estavam inseridas e pelo compartilhamento de uma gramática política da época das lutas de libertação. Esse termo está ausente nas organizações mais recentes que são integradas por mulheres muito mais novas e que, criadas dentro e fora do país, fazem uso de categorias mais atuais dos movimentos feministas contemporâneos, como por exemplo empoderamento e luta contra o patriarcado. No relatório do 1º Congresso das Mulheres Guineenses se faz referência também à categoria emancipação da mulher como problemática complexa, mas apaixonante e é possível constatar também através das fontes impressas, como a revista da UDEMU, o uso dessa categoria.

Por conta da sua antiguidade e proposta política em relação aos movimentos atuais, algumas categorias da teoria feminista contemporânea, seja dos feminismos africanos ou não, não fazem parte do uso corrente por parte destas mulheres. Entretanto, isto não quer dizer que elas desconheçam essas categorias. A emancipação feminina na perspectiva das entrevistadas constitui-se, portanto, como uma categoria essencial, uma vez que todas essas mulheres entendem por emancipação tirar o poder do colonizador e participar em paridade com os homens guineenses dos espaços e práticas de decisão da vida coletiva, seja na política partidária ou na liderança de outros processos sociais.

Para Patrícia Godinho Gomes (Gomes, 2016, p. 921), na Guiné-Bissau, o tema da emancipação feminina se destacou, pelo menos em termos discursivos, como uma das prioridades das políticas sociais do governo pós-independência, o que refletiu, de certo modo, na continuidade de uma das diretrizes do PAIGC no período da libertação, não se tratando de uma política de concessão do governo. Nessa perspectiva, e num esforço de implementação prática dos princípios de emancipação e igualdade de gênero, é que se dá a reorganização do movimento de mulheres, através da reorganização da UDEMU e do movimento feminino de forma mais geral.

A necessidade da emancipação da mulher, o progresso realizado pela mulher guineense na luta foi fruto de um esforço próprio e de uma luta tenaz contra obstáculos que muitas vezes existiam no seio do próprio partido, isto é, nas concepções de sociedade e dos seus próprios camaradas. (CNMG, 1982, p. 12).

Assim como a UDEMU foi criada no âmbito partidário e no processo da Luta Armada de Libertação, alguns países africanos tiveram o mesmo processo e surgiram organizações do mesmo caráter; como foi o caso de Moçambique, com a criação da LIFEMO (Liga Feminina de Moçambique)³; Angola, com a criação da OMA (Organização da Mulher Angolana), entre outras. Estas organizações foram fundadas com objetivo de discutir o papel das mulheres na luta e o seu espaço no processo da construção da nação, mas também serviram como organização e plataforma dos direitos femininos dos estados daquela época.

Não me proponho a analisar de forma detalhada a contribuição de Amílcar Cabral no processo da luta armada, entretanto, é importante destacar algumas contribuições e a leitura que algumas mulheres fazem dele, se considerarmos o fato de ter sido citado por todas as minhas interlocutoras, inclusive sobre o tema da fundação da UDEMU. Portanto, descrever a importância do Amílcar Cabral para as mulheres da UDEMU torna-se indispensável não só pelo fato de ter sido líder do processo da luta armada e uma figura histórica de destaque, mas também pelo fato de ser a figura ao redor da qual se articulam os princípios que contemporaneamente as mulheres da UDEMU consideram fundamentais nas questões de igualdade entre homens e mulheres. Além da sua importância histórica, Amílcar apareceu na pesquisa com uma grande importância etnográfica. Alguns pesquisadores, a exemplo de Lopes (2005), afirmam que Amílcar Cabral é um dos mais importantes pensadores africanos do século XX, fato este considerado também por Paulo Freire (1985), como o pedagogo da revolução⁴.

Para Gomes (2016), a herança cultural e intelectual de Amílcar Cabral traduziu-se num contributo concreto ao desenvolvimento do nacionalismo, não só na Guiné-Bissau e em Cabo Verde, como também nos demais territórios africanos sob colonização portuguesa e em países africanos sob o regime de *apartheid* e outras formas de discriminação e violência.

Na minha interpretação, que compartilho com as interlocutoras da pesquisa, a importância que Amílcar Cabral teve durante a luta da libertação não se restringe apenas à fundação do PAIGC nem à conquista da independência, ela está atrelada também à preocupação com a igualdade entre homens e mulheres guineenses e caboverdianas. O sucesso de qualquer tipo de transformação social, segundo a sua análise, consistia “em constatar de que forma a mulher participa no mais amplo processo de

³ Em Moçambique, a emancipação da mulher ocorreu “em simultâneo com a luta pela libertação do jugo colonial, e pela construção de uma sociedade nova, [...] livre de todas as formas de opressão. A FRELIMO revelou-se herdeira dos ideais revolucionários do iluminismo, do socialismo utópico, e do ideário marxista que nos séculos XVIII, XIX e XX, pugnam pela emancipação da mulher e pela construção de uma sociedade de tipo socialista”. (CASIMIRO, 2014).

⁴ Amílcar Cabral: O pedagogo da revolução, palestra proferida por Paulo Freire na Universidade de Brasília, 8 de novembro de 1985. Gravado e organizado por Laura Maria Coutinho.

libertação da sociedade (...). A nossa revolução nunca será vitoriosa se não conseguirmos a plena participação das mulheres” (CABRAL *apud* GOMES, 2016, p. 79).

É praticamente unânime a referência positiva de um líder engajado que as mulheres carregam da pessoa do Amílcar Cabral. Neste sentido, é de suma relevância o testemunho da Teodora Inácia Gomes⁵, umas das mais destacadas figuras femininas da história da Luta Armada da Libertação da Guiné-Bissau, a qual desempenhou papéis relevantes como comissária política, deputada nas zonas libertadas, além de ter sido uma das promotoras da lei contra a mutilação genital feminina e o tráfico de crianças. Segundo Teodora, Amílcar Cabral já tinha preocupação com a igualdade de oportunidades e a ideia dele era que a UDEMU não fosse apenas do partido, mas sim o sindicato de todas as mulheres e que pudesse agregar mulheres de outros partidos também.

É possível constatar também, através dos escritos de Amílcar Cabral, a preocupação pela igualdade entre homens e mulheres. Na obra coletânea “Unidade e luta: a arma da teoria” (1976) afirma o seguinte:

Há camaradas homens, alguns, que não querem entender que a liberdade para o nosso povo quer dizer liberdade também para as mulheres, a soberania para o nosso povo quer dizer que as mulheres também devem participar nisso, e que a força do nosso partido vale mais na medida em que as nossas mulheres peguem nele teso para mandarem também, com os homens (Cabral, 1976, p. 49).

Em todos os relatos das mulheres entrevistadas, Amílcar Cabral não só representa um líder revolucionário, um dos desenhadores da estratégia da luta armada e fundador do PAIGC, como também representa um cidadão guineense que estimulou o sentimento da nação e o espírito de camaradagem⁶ como forma de tratamento igualitário independente do sexo, religião, idade e etnia. Durante o trabalho de campo, em vários momentos foi possível escutar a referência a ele, seja para relembrar a história da luta armada, mas também para tratar de assuntos como o papel da mulher guineense no desenvolvimento do país. Nas entrevistas Amílcar aparece como uma figura de legitimação do pensamento político das interlocutoras, dos princípios e objetivos da sua luta e uma importante referência político-afetiva na construção de vínculos organizativos.

⁵ Teodora Inácia Gomes Teodora Inácia Gomes, nasceu em 13 de setembro de 1944, em Empada, região de Quinara, sul da Guiné-Bissau.

⁶ Camarada, é a forma de tratamento usado principalmente pelos militantes do PAIGC, e é uma forma de chamar alguém sem precisar citar o nome, o cargo, etnia ou outras categorias possíveis dentro da organização. Segundo uma das interlocutoras, Cabral proibia que as militantes citassem a pertença étnica.

O papel fundamental que Amílcar Cabral teve na fundação e organização da UDEMU se mantém vivo mesmo após a sua morte em 20 de janeiro de 1973. Pelo que se sabe, com exceção de Amílcar Cabral na sua fundação, os homens nunca fizeram parte da UDEMU, apenas puderam acompanhar as atividades enquanto membros do partido e ex-combatentes da Luta Armada da Libertação, sendo assim, ainda hoje é insignificante o número de homens que fazem parte da UDEMU, apenas dois e ocupam lugares de membros efetivos do conselho nacional e do comitê executivo, porém não desempenham funções de destaque, muito menos de tomada de decisões da organização, isto porque a organização por mais que tenha um caráter partidário foi fundada fundamentalmente para mulheres, ou seja, as decisões cabem apenas a elas.

As entrevistadas apontam para uma necessidade de refletirmos sobre a presença e participação de homens nas organizações de cunho feminino e o lugar que devem ocupar ou podem estar ocupando sem que a organização perca o seu caráter. Analisando as entrevistas é perceptível que as interlocutoras foram precisas no que se refere à participação dos homens na UDEMU, segue um trecho da entrevista onde uma das interlocutoras se refere a essa questão:

Temos homens na nossa organização, mas não exercem papéis de destaque, nem de tomadas de decisão, no trabalho temos total colaboração desses homens (Djariato Gomes Djaló, entrevista realizada em Bissau, março de 2019).

No evento da comemoração do Dia da Mulher Guineense, feito em homenagem a uma das guerrilheiras da luta armada, a mesa para a fala da homenagem era composta majoritariamente por mulheres vinculadas a UDEMU e ao PAIGC, na cerimônia de deposição de coroa de flores na região de Buba, concretamente na cidade de Bantam, esse ato simbólico foi feito apenas por mulheres, e por mais que seja simbólico, aquele momento representa para as mulheres um ato de reconhecimento e valorização das que deram vida para a libertação da nação.

Consta na página oficial da organização que ainda segue como tarefa fundamental a ação de conscientização das mulheres buscando levá-las a ocupar o lugar que lhes cabe no processo da reconstrução nacional, através da sua integração no trabalho produtivo, demais formas de trabalho e nas ações sociais, políticas, culturais, etc.

Sua estrutura tem por base o território nacional (regiões, setores, seções) e locais de trabalho e resistência, cada estrutura da UDEMU tem por objetivo abranger as demais mulheres guineenses que não vivem na capital. Segundo as interlocutoras, integrar as seções de base, prepara as integrantes para o comitê nacional e para a possível ocupação de cargos dentro da organização. Consideram-se

possíveis membras da UDEMU todas as mulheres guineenses de idade mínima de 18 anos tendo uma ocupação, essa ocupação se refere a trabalhos formais e informais, levando em conta a variedade de mulheres que se encontram na organização. Esse discurso da UDEMU não tem se realizado no plano prático, levando assim, a outra reflexão em relação a despartidarização dessa organização e os limites da sua ação enquanto organização de mulheres.

O engajamento da sociedade civil guineense nas questões políticas, econômicas e sociais tem se tornado cada vez mais frequente, nesse ensejo, as mulheres não ficaram de fora. Aliás, elas já se organizavam desde muito cedo, o que se pode constatar é a mudança nos formatos das organizações e nas nomenclaturas usadas. Essa mudança trouxe não só um novo perfil de militantes/integrantes, como também trouxe disputas simbólicas em torno das pautas e dos espaços ocupados. Entender a lógica dessa disputa e a sua resolução não foi objetivo desse trabalho. Entretanto, ao longo da pesquisa no campo foi perceptível que cada vez mais as organizações com caráter não partidário tendem a ocupar os lugares de destaques na resolução de conflitos e nas ações de luta pela igualdade entre homens e mulheres, fatos como este ajudam a compreender em que medida a UDEMU está cada vez mais perdendo o espaço que antes ocupava.

O cargo da secretária geral da UDEMU é o posto mais alto da organização, sendo assim, para assumi-lo é exigida a idade mínima de 35 anos, isto releva a preocupação da UDEMU com a experiência das mulheres para ocupar cargos, por outro lado isto assegura que as militantes já estejam completamente na organização e o significado da ocupação daqueles espaços. Todavia, como descrevemos anteriormente, a categoria “mais velha da UDEMU” nos remete a outras formas de organização e participação política construídas desde a época da luta que ainda hoje reverbera, a idade de 35 anos das mulheres, portanto, se constitui como marcador social da diferença e da legitimidade no espaço da organização, assim como nas outras esferas da vida das mulheres.

Enquanto organização de mulheres, as integrantes da UDEMU e interlocutoras da pesquisa, participaram de várias conferências, encontros e reuniões de caráter nacional e internacional. Segundo uma das interlocutoras: “em 1995 fiz parte do comitê que foi apresentar o relatório sobre mulheres guineenses na conferência de Beijing⁷” (Entrevista com Maria Lurdes Vaz, Bissau, janeiro de 2019). De fato, segundo Gomes (2017), durante a primeira fase da sua existência, para além do trabalho interno, a organização projetou-se no plano externo através das suas atividades, dando uma contribuição importante à luta a nível diplomático. A perspectiva do gênero traçada pelo PAIGC foi

⁷ Conferencia de Beijing é a IV Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher, realizada em Pequim, de 4 a 15 setembro de 1995, foi sem dúvida a maior e a mais importante delas: pelo número de participantes que reuniu, pelos avanços conceituais e programáticos que propiciou, e pela influência que continua a ter na promoção da situação da mulher. Veja-se VIOTTI, Maria Luiza Ribeiro. Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher - Pequim, 1995.

um elemento extremamente importante para o prestígio adquirido no plano internacional, onde a Comissão Feminina do PAIGC (mais tarde Comissão Nacional das Mulheres da Guiné), sempre se fez representar, participando de forma ativa e permanente em encontros internacionais, projetando-se e adquirindo grande visibilidade.

Nos anos iniciais do funcionamento, a UDEMU tem feito parcerias fora do país, como por exemplo, a filiação à Federação Democrática Internacional das Mulheres (FIDIM), e com organizações das mulheres a nível do continente africano, como a Organização de Mulheres Angolanas (OMA), a Organização de Mulheres Cabo-verdianas, mas também fora do continente e com organizações não governamentais, como por exemplo a parceria com ONU Mulheres.

A nível nacional, a UDEMU tem feito parcerias com outras organizações de mulheres, não só por conta do seu carácter político partidário, mas também por agregar mulheres com várias experiências e que contribuem significativamente para o avanço das questões de igualdade de oportunidade entre homens e mulheres. Em entrevista com Teodora Inácia Gomes, ela afirma que enquanto membro da UDEMU, participou de várias reuniões e comissões para elaboração de leis, como a lei contra a mutilação genital feminina (Lei n.º 14/2011, de 6 de julho), e recentemente a lei de cota⁸ no parlamento Guineense. A dificuldade da UDEMU com as novas exigências do mundo contemporâneo prende-se ao fato da mesma assumir muito mais um carácter partidário do que uma organização de mulheres guineenses, independentemente da cor partidária. As interlocutoras afirmam que não se pode dissociar a UDEMU do PAIGC, porque é o braço feminino do partido, fazer parte da UDEMU significa integrar e respeitar o estatuto da organização, assim como do partido. Como lema da UDEMU na sua página oficial no facebook, lê-se o seguinte: “A UDEMU unida e coesa ao serviço do PAIGC”, sendo assim, algumas ações acabam por refletir mais os objetivos partidários do que ações concretas de mulheres organizadas para causas sociais abrangentes e inclusivas. Outro ponto que merece destaque é o fato de a UDEMU não estar em parceria direta com a Juventude Africana Amílcar Cabral (JAAC), que compõem o quadro do partido também, e poderia ser mecanismo de sobressalto da camada mais jovens para acompanhar/seguir as demandas do mundo contemporâneo, seja do partido, ou mesmo da UDEMU em específico. Durante a pesquisa de campo, pude constatar que algumas integrantes da UDEMU não passaram pelo JAAC.

⁸ Aprovada por unanimidade à 2 de agosto de 2018, a lei determina a participação de 36% para as mulheres nos cargos eletivos, designadamente, assembleia nacional popular e autarquias locais, importante ressaltar que o documento entregue ao parlamento pelas mulheres guineenses tinha como proposta 40%, mas foi reduzido em 36% pelas bancadas das duas forças política do país.

Enquanto ação do partido para com as mulheres durante a luta armada, destaca-se a ‘Discriminação Positiva’, este princípio consistia em privilegiar as meninas e promovê-las em relação aos rapazes, uma vez que estes últimos já usufruíam de benefícios, a fim de conseguirem bolsas de estudos para formação superior no exterior, como ocorreu em muitos casos, já que o país não dispunha de universidades e/ou instituições de ensino superior e escolas de formação. Em relação a Discriminação Positiva, Amílcar Cabral afirma o seguinte:

Quando uma rapariga chega à quarta classe, já está formada e o pai em geral já anda à procura de maneira de a casar, temos que fazer o possível, se ela tem cabeça, por pegar nela e pô-la logo na Escola Piloto. Portanto, admiti-las com a terceira classe e mesmo que tenham quinze ou dezesseis anos, devemos recebê-las, porque nós queremos fazer a promoção, o avanço das nossas mulheres e o melhor avanço, um dos principais avanços, é ensinar-lhes a ler e a escrever como deve ser. Essa é a razão por que fizemos diferença entre rapazes e raparigas na questão de as admitir na Escola-Piloto (Cabral, 1976, p. 68).

Na época, o PAIGC era um partido-estado, portanto, algumas ações configuravam-se mais na perspectiva estatal e político-partidária. Na divisão da liderança, a cada cinco membros eleitos como comitê de *Tabanka*⁹, duas eram mulheres. Estas ações demonstram a preocupação do partido em relação a igualdade entre homens e mulheres desde os primórdios da luta armada à atualidade. Segundo a interlocutora Djariato Djaló, o PAIGC é um dos partidos que votou os 36% da lei de cota proposta na assembleia nacional popular.

Aprovada em 02 de agosto de 2018, segundo o Manual de capacitação e assistência às candidatas a deputadas da nação nas eleições legislativas de 10 de março de 2019, a lei estipula uma quota de 36% de lugares elegíveis ocupados pelas mulheres no parlamento, constituindo assim um princípio de construção de igualdade e equidade representativa nos órgãos de decisão, com vista a garantir maior democraticidade e participação do poder político, no qual a agenda para igualdade e paridade constitui elemento central da transformação desejada. Os dados desse manual apontam também que o PAIGC elegeu todas as mulheres que colocaram como cabeça de lista nas eleições.

Considerando o papel da educação no processo da luta e principalmente nas zonas libertadas, segundo as interlocutoras, o PAIGC concebeu a educação como uma das prioridades para o desenvolvimento do país e foi nessa perspectiva que a escola Piloto em Conakry (Guiné), inaugurada

⁹ *Tabanka* é uma palavra de origem *kriol*, significa aldeia, os comités de *Tabanka* eram responsáveis por cada aldeia libertada.

em janeiro de 1964, após o congresso de Cassacá, serviu não só como lugar de formação de quadros, mas também um espaço onde as mulheres poderiam deixar seus filhos para estudarem. Apesar do discurso oficial ter colocado as mulheres em primeiro lugar, a sua efetivação não suscitou grandes conquistas. Entretanto, aqui percebemos um avanço no que concerne à retirada do papel do cuidado atribuído às mulheres, mas também à coletivização da responsabilidade sobre os filhos, dessa forma poderiam estudar ou ter uma participação mais efetiva na luta, por conta disso a inserção delas na luta tornou-se mais significativa e com maior destaque. Nas palavras das integrantes, atualmente a UDEMU segue realizando trabalhos de base como palestras, elaboração de projetos e leis que beneficiam a camada feminina, assim como ações de militância que permitem o ingresso das mulheres, sejam elas mais jovens ou não. O último congresso realizado de 6 a de 9 de abril de 2017, na cidade de Buba, região de Quinara, teve como objetivo fundamental realizar a reestruturação da UDEMU de modo a estar à altura de proceder e acompanhar o novo ciclo político que o país vai enfrentar nos próximos tempos e da sua plena integração no processo de desenvolvimento socioeconômico e cultural da Guiné-Bissau.

Para Schwade (2014), o movimento em que as mulheres se inserem proporciona aprendizados e acúmulo de capital cultural que diferencia a posição assumida nas outras esferas da vida e, ainda, viabiliza o acesso à educação formal, dentro e fora do país. A autora se refere ao contexto brasileiro, porém, esse caso serve para refletir sobre outras situações, como o caso estudado em específico, a participação nos eventos e a Bolsa UDEMU, criada no contexto da Luta Armada da Libertação com objetivo de proporcionar a formação de meninas a nível superior no exterior. Essa bolsa proporcionou acúmulo de capital cultural fora do país, algo que posteriormente lhes serviu de ponte para ocupação de espaço de poder e de tomada de decisões, seja dentro do partido ou não. Esses estudos superiores ampliam a interpretação dos acontecimentos da luta armada, e permitem uma outra leitura por parte de quem as escuta e descreve.

A Bolsa UDEMU como mecanismo de emancipação das mulheres, através da educação e mobilidade internacional que as interlocutoras se referem é uma parceria feita com outras organizações de mulheres de outros países, mas principalmente os países europeus, como por exemplo a antiga URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) que apoiavam os movimentos das mulheres da luta da libertação, concedendo bolsas de estudos para as mulheres, como relembra uma das interlocutoras da pesquisa. Segundo Maria Lurdes, é especificamente para as integrantes ativas da UDEMU, e algumas colaboradoras, a exemplo da Gabriela Fernandes, uma das integrantes da UDEMU que já ganhou uma bolsa para prosseguir seus estudos no Canadá. Importa realçar que

Gabriela não fez parte das interlocutoras da pesquisa. Maria afirma ainda que depois a situação política do país fez com que não tivessem mais bolsas.

A interlocutora se refere à situação política atual do país, os constantes golpes de estado e a política externa instável que não permite parcerias, principalmente ao nível de formação de quadros. Não obstante, é importante realçar que não apenas a bolsa UDEMU teve ou tem momentos de fracasso, a própria UDEMU chegou a ser suspensa em 1966, cinco anos após a sua fundação, na interpretação das interlocutoras devido à insuficiência de mulheres formadas para segurar a organização, porque as que realmente podiam ocupar esses espaços estavam engajadas na luta, que era o objetivo maior de todos naquela época.

Segundo Teodora Inácia Gomes, entrevistada por Patrícia Gomes (2017), há várias versões acerca da suspensão da UDEMU. Teodora se refere, antes de mais, à fragilidade da organização pela ausência dos melhores quadros na linha da frente. Também na interpretação da Carmem Pereira a falência da UDEMU ficou-se a dever ao fato de a maioria das mulheres experientes estarem empenhadas nas três frentes de luta, o que teria levado a inevitável ausência das mulheres dentro da organização e a não se sentirem sequer parte dela, Carmem Pereira afirmou ainda que:

No início da luta, o partido criou a União Democrática das Mulheres da Guiné- UDEMU, mas não tínhamos quadros suficientes para manter a organização. Todas as mulheres experientes estavam nas frentes de combate, como militares, fazendo trabalho político e não podem estar na organização. Agora que a guerra terminou, o partido criou um Comité formado por responsáveis quadros e militantes que deverá organizar as mulheres do partido (GOMES, 2017, p. 8).

Como organização de carácter político e ideológico, a UDEMU necessitava de mulheres formadas em diversas áreas, com experiência para liderar e dar seguimento aos objetivos da sua fundação, analisando o estatuto da organização¹⁰ e a distribuição dos departamentos, como por exemplo, o departamento de informação e novas tecnologias; departamento de administração, finanças e património; departamento de relações exteriores e departamento de assuntos políticos. É perceptível a preocupação da organização com formação superior das suas integrantes para que possam acompanhar as demandas sociais, e posteriormente ter mulheres nos cargos de tomadas de decisão no partido e nas instituições estatais. Entrevistada em Bissau, Teodora Inácia Gomes faz o seguinte relato:

Quando ingressei na luta a UDEMU já tinha sido fundada, porém foi suspensa por um tempo, e passou a ser designada Organização das Mulheres do partido. A bolsa que

¹⁰ Estatuto aprovado no V Congresso Ordinário da UDEMU, Buba/Bissau, abril de 2017

eu ganhei para estudar foi justamente a bolsa designada para mulheres, trabalhei numa época no quadro de mulheres do partido, daí eu sugeri a retomada da UDEMU, e foi criada a comissão feminina, para organizar o primeiro congresso das mulheres em 1982, tendo a Francisca Pereira como secretária geral, e eu adjunta (Entrevista com Teodora Inácia Gomes, Bissau, fevereiro de 2019).

No relatório do 1º Congresso Nacional das Mulheres Guineenses (CNMG), realizado em fevereiro de 1982, tem-se como objetivo dar continuidade ao trabalho iniciado pela Comissão Feminina do PAIGC para a luta pela sua emancipação; o congresso serviu também de momento de reestruturação da UDEMU e dos seus objetivos enquanto uma organização do partido e das mulheres guineenses.¹¹ O tema sobre a emancipação das mulheres apareceu inúmeras vezes na fala das interlocutoras, elas afirmam que o fato de estarem participando de uma organização de caráter feminino e partidário permitia-lhes ter momentos de aprendizado, estar nos espaços de tomadas de decisão, assim como poder lidar com questões sobre a igualdade de oportunidade, portanto, a emancipação das mulheres naquela época traduziu-se na criação de uma organização e na participação no processo da independência do país. Várias mulheres que ingressaram na UDEMU têm como fonte de inspiração as heroínas da luta armada e algumas mulheres que não participaram diretamente na luta, tiveram e ainda têm um papel preponderante na luta pela igualdade social, enxergam nelas a sua própria possibilidade de participar nas questões políticas e nas organizações mais recentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como colocado na dissertação, que resulta deste artigo, fazer um trabalho que versa sobre as mulheres da UDEMU, ex-combatentes da liberdade da pátria, proporciona e representa para mim enquanto mulher guineense um sentimento de dever cumprido e contribuição nas literaturas sobre as organizações de mulheres que objetivam a sua emancipação. Entretanto, o trabalho só foi possível graças à colaboração, generosidade e acolhimento de algumas mulheres guineenses que fazem parte da UDEMU e do PAIGC. Assim, conclui-se que a UDEMU apareceu como organização com elementos significativos na vida das mulheres, porque foi a partir dela que algumas reordenaram suas trajetórias políticas e, conseqüentemente, sua emancipação, o resultado de tudo isso expressa-se na forma como algumas dessas mulheres têm conquistado os espaços públicos e de tomada de posição, bem como os cargos que esses espaços proporcionam. De fato, estar na UDEMU e no PAIGC é

¹¹ Na época o PAIGC era um partido único. O regime do partido único na Guiné-Bissau (1973-1991) foi criado pelos líderes de luta de libertação nacional associados ao partido de massa - o PAIGC -, porém, no período pós-independência operou num quadro autoritário, eliminando a oposição juvenil em nome da unidade nacional. (Anós Té & Candé Monteiro, 2023).

fundamental nas suas trajetórias, é a partir daí que conseguem ou disputam sua presença política contemporânea ou a busca pelo reconhecimento que consideram pouco.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANÓS TÉ, P., & CANDÉ MONTEIRO, A. O. (2023). Regime do partido único na Guiné-Bissau: O que falhou (1973-1991)? **Revista Sul-Americana De Ciência Política**, 9(1).

CABRAL, Amílcar. **A arma da teoria: Unidade e Luta**. Vol. I. Lisboa: Seara Nova, 1976.

CASIMIRO, Isabel M. A. P. Cortesão. **Paz na terra, guerra em casa**. Recife, Pernambuco: Ed. Da UFPE, 2014.

Comissão Nacional das Mulheres da Guiné-CNMG, **1º Congresso das Mulheres-Congresso da Organização para o Enquadramento da Mulher no Desenvolvimento**, Bissau, 3 a 7 de novembro de 1982.

GOMES, Patrícia. “‘As outras vozes’: Percursos femininos, cultura política e processos emancipatórios na Guiné-Bissau”. **Odeere: revista do programa de pós-graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade – UESB**. Ano 1, número 1, janeiro – junho de 2016.

_____. “A Mulher guineense como sujeito e objeto do debate histórico contemporâneo: Excertos da história de vida de Teodora Inácia Gomes”. In: **África Development**, Volume XLI, No. 3, 2016, pp. 71-95 © Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África, 2017.

_____. “A UDEMU: em busca de uma organização política feminina. UDEMU unida e coesa ao serviço do PAIGC” In: **Especial V Congresso**, março de 2017, p. 8-9.

IMPANTA, Iadira Antonio. **Mulheres da UDEMU e experiências de vida: Da luta de libertação à participação política**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

LOPES, Carlos. “O Legado de Amílcar Cabral face aos desafios da ética contemporânea”. In: Cabral no cruzamento de épocas: Comunicações e Discursos produzidos no **II Simpósio Internacional Amílcar Cabral**. Praia: Alfa Comunicações, 2005.

MONTEIRO, Artemisa Candé. **Guiné-Bissau: da luta armada à construção do Estado Nacional – conexões entre o discurso de unidade nacional e diversidade étnica** (1959-1994). Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

SCHWADE, Elisete. “Gênero e ativismo político: mulheres no MST e em assentamentos rurais”. In: Assis, G; MINELLI, L S.; FUNK, S. B. (orgs). **Entre lugares e mobilidades: Desafios feministas**. Tubarão, SC: Copiart, 2014. V. 03, p. 229-248.